

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 16**

Assinale a opção em que é apresentado elemento considerado investimento de acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964, no âmbito das despesas de capital, referentemente à discriminação da despesa por elementos.

- A** concessão de empréstimos
- B** aquisição de imóveis
- C** constituição de fundos rotativos
- D** aquisição de títulos representativos de capital de empresa em funcionamento
- E** obras públicas

Questão 17

Com base no que determina a Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir, relativos a despesas públicas.

- I As subvenções econômicas são classificadas como despesas de capital.
- II As dotações destinadas à aquisição de imóveis já em utilização denominam-se inversões financeiras.
- III As dotações oferecidas pelo governo e destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda dos gêneros alimentícios são consideradas subvenções sociais.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 18

Assinale a opção em que é indicado, de acordo com a Portaria MOG n.º 42/1999, o instrumento de organização governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

- A** projeto
- B** meta
- C** atividade
- D** operações especiais
- E** programa

Questão 19

A respeito do exercício financeiro, considerada a elaboração do orçamento, assinale a opção correta.

- A** Os créditos decorrentes de foros, laudêmios e aluguéis integram a dívida ativa tributária da fazenda pública.
- B** Os créditos da fazenda pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem previstos.
- C** As despesas que não tenham sido empenhadas até o dia 31 de dezembro do ano anterior serão consideradas restos a pagar.
- D** Caso uma despesa seja anulada após o término do exercício financeiro, esta será considerada receita do ano em que se efetivou a anulação.
- E** Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação genérica consignada no orçamento, obedecida, impreterivelmente, a ordem cronológica.

Questão 20

O princípio orçamentário segundo o qual as parcelas da receita e da despesa devem figurar em bruto no orçamento, isto é, sem quaisquer deduções, é o da

- A** universalidade.
- B** transparência.
- C** publicidade.
- D** programação.
- E** unidade.

Questão 21

No tocante ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e à lei orçamentária anual (LOA), observadas a Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.

- A** A instituição de emendas de bancadas, em matéria orçamentária, no âmbito municipal, não contraria o modelo orçamentário estabelecido para a União.
- B** É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual, de dispositivo que diga respeito à autorização para abertura de créditos suplementares.
- C** As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária federal anual não permitem a alocação de recursos aos municípios por meio de transferência especial.
- D** As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas, ainda que incompatíveis com o plano plurianual.
- E** A lei orçamentária anual restringe-se ao exercício financeiro correspondente, não sendo admitida a veiculação de previsões de despesas para exercícios seguintes.

Questão 22

No que se refere aos objetivos do orçamento público, o modelo adotado na CF e na Lei n.º 4.320/1964 é o orçamento

- A** clássico.
- B** misto.
- C** impositivo.
- D** programa.
- E** autorizativo.

Questão 23

A respeito do controle interno e externo dos orçamentos, observados na Lei n.º 4.320/1964 e na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A** Está compreendida no controle externo orçamentário do Poder Executivo a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.
- B** É constitucional a atribuição conferida por Constituições estaduais aos tribunais de contas dos municípios, para requerer ao governador do respectivo estado ou mesmo decretar intervenção em municípios, quando constatada a irregularidade na execução orçamentária.
- C** A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será sempre concomitante e subsequente.
- D** As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Judiciário, após parecer prévio do tribunal de contas ou órgão equivalente.
- E** Se, em determinado município, não houver tribunal de contas ou órgão equivalente, a câmara de vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito.

Questão 24

No âmbito da disciplina orçamentária, conforme disposto na CF, é permitida a

- A** concessão de créditos ilimitados.
- B** realização de operações de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital.
- C** abertura de crédito suplementar, independentemente de autorização legislativa.
- D** utilização de recursos do orçamento da seguridade social para cobrir déficit de empresas, por meio de decreto do Poder Executivo.
- E** transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito da ciência e tecnologia, buscando-se viabilizar os respectivos projetos, mediante ato do Poder Executivo, ainda que ausente autorização legislativa.

Questão 25

A respeito das leis orçamentárias, de acordo com o disposto na CF e na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A** A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, tais como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil S.A.
- B** O plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias são de iniciativa do Poder Executivo, ao passo que a lei orçamentária anual incumbe ao Poder Legislativo.
- C** A lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal referente às empresas nas quais a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social votante.
- D** Segundo a jurisprudência do STF, não é possível o controle de constitucionalidade de leis orçamentárias.
- E** Os planos e programas setoriais previstos na CF serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Senado Federal.

Questão 26

A respeito dos créditos adicionais, julgue os próximos itens, à luz do disposto na Lei n.º 4.320/1964.

- I Os créditos adicionais, quando destinados a reforçar dotação orçamentária já existente, são classificados como suplementares.
- II Os créditos suplementares e extraordinários serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- III Os recursos concernentes ao saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada podem ser considerados créditos adicionais.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 27

Julgue os itens a seguir que apresentam titulares de sentenças transitadas em julgado, decorrentes dos respectivos processos indicados.

- I João é titular de propriedade desapropriada pelo município de Maringá.
- II Maria, deficiente física, é filha de Joana, já falecida, que havia movido processo de cobrança de verbas remuneratórias não pagas pelo município de Maringá.
- III Jonas, maior de 50 anos de idade, é sucessor de Manoel em processo de cobrança por valores não pagos decorrentes de contrato administrativo.
- IV Simone, maior de 30 anos de idade, é vencedora em demanda previdenciária de salário-maternidade.

A partir dessas informações, assinale a opção correta.

- A** João deve ter prioridade de pagamento, em face da natureza do precatório.
- B** Maria deve ter prioridade de pagamento, em face de ser deficiente física.
- C** Jonas deve ter prioridade de pagamento, em face de ser maior de 50 anos de idade.
- D** Nenhum dos titulares em questão é elegível para pagamento preferencial.
- E** Apenas Maria e Simone devem ter prioridade de pagamento, em razão da natureza das demandas ajuizadas.

Questão 28

Acerca do ciclo orçamentário, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a opção correta.

- A** Cabe à Comissão Mista de Orçamento apreciar exclusivamente o projeto de lei orçamentária.
- B** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais são apreciados pela Comissão de Orçamento da Câmara Federal e, após procedimento de eventuais emendas e discussão, encaminhados à Comissão de Orçamento do Senado Federal.
- C** As emendas individuais são de execução obrigatória; a metade do percentual previsto na Constituição será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- D** O marco final para proposta do Presidente da República de modificar o projeto de lei orçamentária é o início da deliberação dessa proposta em sessão conjunta do Congresso Nacional.
- E** O adimplemento do ente federativo destinatário de emendas individuais e de bancada é causa obstativa à execução obrigatória.

Questão 29

A respeito das receitas públicas, assinale a opção correta.

- A** As taxas de inscrição em concursos públicos visam remunerar o serviço prestado pelas instituições que elaboram e aplicam os certames; elas são classificadas como receitas orçamentárias.
- B** Para a legislação brasileira, há distinção entre os denominados ingressos e a receita pública propriamente dita.
- C** As receitas decorrentes da perda de fiança contratual por inadimplemento de contrato administrativo é classificada como despesa extraorçamentária.
- D** Desde 2010 até o presente exercício, as doações realizadas ao Estado por grupos organizados são consideradas receitas ordinárias.
- E** É exemplo de receita derivada a cobrança da tarifa de água potável fornecida por empresa pública estatal de saneamento básico.

Questão 30

O ato praticado pela autoridade administrativa competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, é denominado

- A empenho.
- B liquidação.
- C pagamento.
- D assunção de dívida.
- E lançamento.

Questão 31

Para realizar operação de crédito que exceda o montante da despesa de capital, um município deve obter autorização

- A do Senado Federal, por maioria absoluta e desde que autorizada mediante crédito suplementar.
- B da Assembleia Legislativa estadual, por maioria simples e desde que autorizada mediante crédito suplementar.
- C da Câmara dos Deputados, por maioria absoluta e desde que autorizada mediante crédito extraordinário.
- D da Corte de Contas estadual, por maioria absoluta e desde que autorizada mediante crédito especial.
- E da Câmara Municipal, por maioria absoluta e desde que autorizada mediante crédito especial.

Questão 32

Entre as despesas de capital na modalidade inversão financeira, inclui-se:

- I aumento de capital em empresa;
- II aquisição de imóvel para funcionamento de repartição pública;
- III pavimentação de via pública;
- IV amortização de operação de crédito.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e IV.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E I, III e IV.

Questão 33

A reestruturação de carreira da Prefeitura Municipal de Maringá, dentre outros requisitos legais, depende de

- A autorização legislativa da Assembleia Estadual do Paraná, previsão na lei de diretrizes orçamentárias e observância do teto de gastos com pessoal previsto para o Estado do Paraná e Município de Maringá.
- B prévia dotação orçamentária suficiente para atender à projeção de despesa, autorização contida no plano plurianual e observância do teto de gastos com pessoal previsto para o Município de Maringá.
- C autorização legal decorrente da Câmara Legislativa de Maringá por intermédio de proposta do Prefeito constante do plano plurianual e observância do teto de gastos com pessoal previsto para o Município de Maringá.
- D prévia dotação orçamentária suficiente para atender à projeção de despesa prevista na lei de diretrizes orçamentárias e observância do teto de gastos com pessoal previsto para o município de Maringá.
- E autorização legal proveniente de ato administrativo do Prefeito constante da proposta de lei orçamentária, contendo dotação orçamentária suficiente para atender à projeção de despesa, e observância do teto de gastos com pessoal previsto para o Estado do Paraná e para o Município de Maringá.

Questão 34

Se o município de Maringá reconhecer dívida frente ao estado do Paraná como condição para a obtenção de novo empréstimo com prazo superior a 12 meses, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, essa dívida ostentará a natureza de

- A operação de crédito.
- B dívida pública mobiliária.
- C dívida pública flutuante.
- D refinanciamento da dívida mobiliária.
- E concessão de garantia.

Questão 35

A respeito da dívida pública mobiliária, assinale a opção correta.

- A Dívida pública mobiliária é a representada pela emissão de títulos dos municípios, dos estados e da União, a exemplo dos títulos da dívida agrária.
- B No caso da União, o limite de montante da dívida pública mobiliária é encaminhado pelo Presidente da República ao Senado Federal, órgão que o estabelecerá.
- C Para a redução da dívida pública federal, faculta-se ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal.
- D Todas as despesas que farão frente à dívida pública mobiliária deverão constar da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária.
- E O índice de atualização monetária utilizado para o refinanciamento do principal da dívida pública mobiliária não poderá exceder o índice previsto na lei orçamentária ou em legislação específica.

Questão 36

Segundo a Constituição Estadual do Paraná, compete ao Tribunal de Contas do estado

- A sustar atos e contratos administrativos lesivos ao patrimônio público.
- B aplicar aos responsáveis, em caso de rejeição de contas, a sanção de inelegibilidade para fins eleitorais.
- C homologar os cálculos das quotas do IPVA devidas aos municípios, dando ciência à Assembleia Legislativa.
- D apreciar a legalidade de atos de nomeação de cargos efetivos e em comissão do serviço público.
- E realizar por iniciativa própria inspeções e auditorias em órgãos do Poder Judiciário da União.

Questão 37

Havendo previsão legal do respectivo ente federativo, admite-se a oferta pública de precatórios devidos pelo município de Maringá para o pagamento de

- A multa contratual pelo inadimplemento de contrato de prestação de serviços.
- B IPTU não parcelado, nem inscrito em dívida ativa.
- C compra de imóveis da União situados no município de Maringá.
- D multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- E aquisição de participação minoritária de empresa pública do município de Maringá.

Questão 38

A despesa orçamentária inscrita em restos a pagar processados no setor público é aquela que já foi

- A empenhada, estando pendentes os estágios de liquidação e pagamento.
- B empenhada e liquidada, estando pendente o estágio de pagamento.
- C paga, estando pendentes os estágios de empenho e liquidação.
- D liquidada, estando pendentes os estágios de empenho e pagamento.
- E liquidada e paga, estando pendente o estágio de empenho.

Questão 39

A classificação institucional da despesa orçamentária no setor público

- A reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários.
- B segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções.
- C está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no plano plurianual.
- D representa o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.
- E indica se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades.

Questão 40

No que diz respeito aos recursos que um ente público tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente público, de acordo com a legislação vigente (transferências constitucionais ou legais), o procedimento padrão a ser utilizado é

- A o estorno do recolhimento da receita orçamentária.
- B a anulação da previsão da receita orçamentária.
- C a baixa do lançamento da receita orçamentária.
- D a dedução da receita orçamentária.
- E o cancelamento da arrecadação da receita orçamentária.

Questão 41

A primeira etapa da descentralização de recursos financeiros no setor público, caracterizada pela transferência de recursos do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais do sistema, é denominada

- A provisão.
- B destaque.
- C cota.
- D sub-repasse.
- E repasse.

Questão 42

O recolhimento das restituições de suprimento de fundos em entidade pública, quando ocorrido após o encerramento do exercício financeiro, constitui

- A anulação de despesa.
- B ingressos extraorçamentários.
- C créditos adicionais.
- D transferências financeiras.
- E receita orçamentária.

Questão 43

Durante a fase de uma pesquisa, determinada entidade do setor público não estava apta a demonstrar a existência de ativo intangível que geraria prováveis benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Nessa situação hipotética, os gastos com a referida pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos

- A em contas de controle.
- B em conta redutora do respectivo ativo.
- C como variação patrimonial aumentativa.
- D como variação patrimonial diminutiva.
- E em contas de patrimônio líquido.

Questão 44

Relativamente a procedimentos contábeis patrimoniais no setor público, devem ser usados os prazos de vida útil e as taxas anuais de depreciação definidos

- A pela Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central de contabilidade da União.
- B pelo tribunal de contas ao qual o ente federado esteja jurisdicionado.
- C pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- D pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- E conforme as peculiaridades da gestão da entidade.

Questão 45

Nas concessões de serviços públicos, os registros contábeis referentes à contabilização de garantias e contragarantias serão realizados em contas

- A patrimoniais.
- B de resultado.
- C de controle de atos potenciais.
- D de patrimônio líquido.
- E retificadoras.

Questão 46

Os valores destinados à formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação pelos estados, Distrito Federal e municípios deverão ser registrados

- A patrimonialmente como variação patrimonial aumentativa e orçamentariamente como despesa orçamentária.
- B patrimonialmente como variação patrimonial diminutiva e orçamentariamente como dedução da receita orçamentária realizada.
- C como transferências financeiras tanto no ente transferidor como no ente receptor.
- D como subvenções sociais tanto no ente transferidor como no ente receptor.
- E patrimonialmente como caixa e equivalentes de caixa e orçamentariamente como receita orçamentária realizada.

Questão 47

O plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis:

- A financeira, patrimonial e de compensação.
- B orçamentária, patrimonial e de controle.
- C orçamentária, fiscal e patrimonial.
- D orçamentária, financeira e de compensação.
- E fiscal, financeira e de controle.

Questão 48

No PCASP, o controle da mudança do atributo permanente (P) para o atributo financeiro (F) pode ser feito por meio

- A do grau de conversibilidade e de exigibilidade, esclarecendo-se se tal controle é circulante ou não circulante.
- B da informação complementar da conta contábil ou por meio da duplicação das contas, sendo uma permanente e outra financeira.
- C do detalhamento do crédito orçamentário, com a indicação da necessidade ou não de autorização legislativa.
- D de descentralização de créditos, mediante a efetivação de uma provisão ou de um destaque.
- E da classificação das receitas e despesas em efetivas e não efetivas.

Com base na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, responda as questões 49 a 51.

Questão 49

O benefício concedido pela União que deve ser enquadrado como renúncia de receita é

- A redução da alíquota do imposto de importação de um produto estrangeiro específico.
- B concessão de incentivos fiscais.
- C cancelamento de débito de contribuinte cujo montante apresenta-se inferior ao respectivo custo de cobrança.
- D concessão de crédito presumido.
- E concessão de isenção em caráter geral.

Questão 50

Para verificar se um município está respeitando o limite de gastos com pessoal, o cálculo do total das despesas com pessoal deve contemplar os gastos efetuados com

- A inativos, relativamente à parcela custeada por recursos oriundos da arrecadação de contribuições dos segurados.
- B encargos sociais recolhidos às entidades da previdência.
- C indenizações decorrentes da demissão de servidores.
- D incentivos à demissão voluntária.
- E terceirização de mão de obra que não implique a substituição de servidores e empregados públicos.

Questão 51

A restrição a ser imposta ao ente da federação cuja dívida consolidada ultrapasse o limite legal, devendo tal restrição vigorar até o término dos três quadrimestres subsequentes ao quadrimestre em que tenha se dado o excesso e enquanto não tiver ocorrido o retorno da dívida ao limite estabelecido é

- A a proibição de realizar operação de crédito que não se destine ao pagamento de dívidas mobiliárias.
- B a limitação de empenhar despesas que constituam obrigações legais do ente da federação.
- C a vedação de criar cargo, emprego ou função.
- D o impedimento de receber transferências voluntárias da União.
- E o impedimento de obter garantia, direta ou indireta, de outro ente da federação.

Questão 52

A amortização dos empréstimos concedidos pela União aos demais entes da federação deve ser classificada pela União como

- A receita orçamentária corrente.
- B dedução da receita orçamentária.
- C receita orçamentária de capital.
- D receita extraorçamentária.
- E receita intraorçamentária.

Questão 53

A União recebeu, em 2020, R\$ 80.000,00 relativos a transferências provenientes da celebração de um convênio. Em 2021, ocorreram novos ingressos de recursos referentes ao mesmo convênio no valor de R\$ 40.000,00. A União identificou, em 2021, que, do total recebido, R\$ 50.000,00 haviam sido recolhidos a maior e que seriam restituídos naquele mesmo ano.

Nessa situação hipotética, a restituição das receitas recebidas a maior pela União deve ser contabilizada, em 2021, como

- A dedução de receita no valor de R\$ 50.000,00.
- B dedução de receita no valor de R\$ 40.000,00 e despesa extraorçamentária no valor de R\$ 10.000,00.
- C dedução de receita no valor de R\$ 40.000,00 e despesa orçamentária no valor de R\$ 10.000,00.
- D despesa orçamentária no valor de R\$ 40.000,00 e despesa extraorçamentária no valor de R\$ 10.000,00.
- E estorno de receita no valor de R\$ 50.000,00.

Questão 54

A espécie de receita pública que provoca aumento na situação patrimonial líquida de um ente da federação denomina-se

- A receita prevista.
- B receita extraorçamentária.
- C receita orçamentária não efetiva.
- D receita intraorçamentária.
- E receita orçamentária efetiva.

Questão 55

A seguir, estão descritas operações geradoras de despesas para um determinado órgão público.

- I Materiais adquiridos por meio de encomenda a uma empresa industrial, a qual concordou em utilizar a matéria-prima fornecida pelo próprio órgão público para efetuar a produção; a utilização dos materiais será limitada a um período de dois anos.
- II Pintura realizada em imóvel de propriedade do órgão público.
- III Reforma de imóvel a fim de ampliar sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros para o órgão público.

Com relação a essas informações, as despesas geradas são, respectivamente,

- A serviços de terceiros; obras e instalações; obras e instalações.
- B material de consumo; serviços de terceiros; serviços de terceiros.
- C material permanente; obras e instalações; serviços de terceiros.
- D material de consumo; serviços de terceiros; obras e instalações.
- E serviços de terceiros; serviços de terceiros; obras e instalações.

Questão 56

A espécie de dívida cujo valor deve contemplar os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, é denominada dívida

- A ativa.
- B flutuante.
- C fundada.
- D mobiliária.
- E de tesouraria.

Questão 57

Quando da aquisição financiada de um bem, é vedado ao ente público responsável pela transação

- A efetuar o registro de despesa orçamentária de capital.
- B efetuar o registro de receita orçamentária de capital.
- C efetuar o registro da transação em contas de controles fiscais.
- D exercer a opção de não efetuar o registro orçamentário da transação.
- E efetuar o registro da despesa orçamentária decorrente dos encargos do financiamento.

Questão 58

De acordo com a Lei n.º 101/2000, uma condição a ser observada pelos entes da federação quando da realização de transferências voluntárias é a

- A comprovação, por parte do beneficiário, de que se encontra em dia com o pagamento dos empréstimos e de financiamentos concedidos por terceiros.
- B existência de autorização legal para a realização da transferência.
- C comprovação de que a transferência envolverá exclusivamente a entrega de recursos correntes.
- D existência de dotação orçamentária, a qual pode ser, ou não, específica.
- E existência de previsão orçamentária de contrapartida por parte do beneficiário dos recursos.

Questão 59

Considerando a seção da Lei Complementar n.º 101/2000, que se refere à destinação de recursos públicos para o setor privado, julgue os itens a seguir.

- I Ainda que não haja previsão orçamentária, inclusive em seus créditos adicionais, uma fundação pública pode destinar recursos para a cobertura de déficits de pessoas jurídicas, respaldando-se em autorização a ela concedida por meio de lei específica.
- II Um ente da federação pode conceder crédito a uma pessoa jurídica que não esteja sob o seu controle, cobrando uma remuneração inferior ao custo de captação dos recursos a serem emprestados, desde que não haja definição legal dos encargos financeiros a serem cobrados nesse tipo de transação.
- III O Banco Central do Brasil pode conceder empréstimos de prazo inferior a trezentos sessenta dias a uma instituição financeira.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 60

Considerando os estágios da receita pública, assinale a opção correta.

- A As etapas da receita pública são fixação de receita na lei orçamentária, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- B Nem todos os estágios da receita ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias.
- C A etapa de arrecadação consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.
- D O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública, como é o caso de dação em pagamento de imóveis.
- E A transferência dos valores arrecadados à conta única obedece ao princípio de unidade de tesouraria, permitida a fragmentação de caixas especiais apenas para as transferências obrigatórias do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

Questão 61

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, representam dívida ativa tributária os créditos

- A de preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos.
- B de contribuições estabelecidas em lei.
- C de imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- D de empréstimos compulsórios.
- E de foros, laudêmios, alugueis e taxas de ocupação.

Questão 62

Assinale a opção que indica a conta da classe variação patrimonial aumentativa.

- A transferências e delegações concedidas
- B exploração e venda de bens, serviços e direitos
- C uso de bens, serviços e consumo de capital fixo
- D benefícios previdenciários e assistenciais
- E desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

Questão 63

Considerando o regime estabelecido pelo art. 35 da Lei n.º 4.320/1964, assinale a opção com os lançamentos corretos no momento do empenho da despesa orçamentária.

- A D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito empenhado a liquidar
D 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da disponibilidade de recursos
C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR comprometida por empenho
- B D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito a empenhar
C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito empenhado a liquidar
D 3.x.x.x.x.xx.xx Variação patrimonial diminutiva
C 2.1.x.x.x.xx.xx Passivo circulante
- C D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito empenhado a liquidar
D 3.x.x.x.x.xx.xx Variação patrimonial diminutiva
C 2.1.x.x.x.xx.xx Passivo circulante
- D D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito empenhado a liquidar
D 3.x.x.x.x.xx.xx Variação patrimonial diminutiva
C 2.1.x.x.x.xx.xx Passivo circulante
D 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da disponibilidade de recursos
C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR comprometida por empenho
- E D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito empenhado a liquidar
C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito empenhado em liquidação
D 3.x.x.x.x.xx.xx Variação patrimonial diminutiva
C 2.1.x.x.x.xx.xx Passivo circulante
D 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da disponibilidade de recursos
C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR comprometida por empenho

Questão 64

Assinale a opção que corresponde à conta classificada no patrimônio líquido.

- A adiantamentos de clientes
- B provisões a curto prazo
- C empréstimos e financiamentos a curto prazo
- D ajustes de avaliação patrimonial de ativos
- E obrigações decorrentes de contratos de parceria público privada

Questão 65

Assinale a opção em conformidade com os preceitos da Lei n.º 4.320/1964 e do manual de contabilidade aplicada ao setor público.

- A O passivo financeiro compreende as dívidas flutuantes e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- B Se o ente tem condições de estimar com razoável certeza o montante de créditos inscritos em dívida ativa com expectativa de recebimento em até 12 meses da data das demonstrações contábeis, esta parcela poderá ser reclassificada para o ativo circulante.
- C O ativo financeiro compreende os créditos e valores realizáveis dependentes de autorização orçamentária e os valores numerários.
- D O ativo permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação independa de autorização legislativa.
- E O ativo circulante compreende os ativos disponíveis para realização imediata ou com a expectativa de realização, além de doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Questão 66

Considere os seguintes itens.

- I depósitos
- II serviços da dívida a pagar
- III débitos de tesouraria
- IV restos a pagar

Assinale a opção correta acerca de dívida fluante, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.

- ☐ A Apenas os itens I e II são dívidas flutuantes.
- ☐ B Apenas os itens I, II e IV são dívidas flutuantes, desde que compensadas no mesmo exercício.
- ☐ C Os itens I, II, III e IV são dívidas flutuantes.
- ☐ D Apenas os itens I, III e IV são dívidas flutuantes, excluídos, nos restos a pagar, os serviços da dívida.
- ☐ E Nenhum item corresponde a elementos da dívida fluante.

Questão 67

Assinale a opção que indica o caso em que ocorre registro de receita e despesa intraorçamentárias.

- ☐ A recolhimento de contribuições de melhoria para construção de obra pública federal que resulte em valorização de imóveis da região
- ☐ B recolhimento de contribuições patronais ao RPPS
- ☐ C recolhimento de imposto sobre a importação de produtos estrangeiros
- ☐ D recolhimento de imposto sobre a exportação de produtos nacionais
- ☐ E recolhimento de tributos do próprio ente

Questão 68

objeto	valor
realização de receitas	R\$ 1.600.000,00
empenho de despesas	R\$ 1.400.000,00
liquidação de despesas	R\$ 800.000,00
pagamento de despesas	R\$ 600.000,00
empenho cancelado	R\$ 50.000,00

Com base nas informações presentes na tabela precedente, assinale a opção que contenha os restos a pagar não processados e processados, respectivamente.

- ☐ A R\$ 150.000,00 e R\$ 200.000,00
- ☐ B R\$ 150.000,00 e R\$ 200.000,00
- ☐ C R\$ 550.000,00 e R\$ 200.000,00
- ☐ D R\$ 200.000,00 e R\$ 150.000,00
- ☐ E R\$ 450.000,00 e R\$ 200.000,00

Tabela 1A05

Considere as informações da tabela a seguir, relativas aos suprimentos de fundos concedidos aos servidores de determinado órgão.

suprimento	concessão	prestação de contas	valor
servidor A	15/03/2021	20/07/2021	R\$ 450,00
servidor A	15/07/2021	15/09/2021	R\$ 450,00
servidor B	15/08/2021	15/10/2021	R\$ 500,00
servidor C	11/11/2021	04/01/2022	R\$ 650,00

Questão 69

Considere que os suprimentos concedidos, contidos na tabela 1A05, nas seguintes datas, contenham os objetos presentes na tabela a seguir.

data	objeto
15/03/2021	serviço hidráulico
15/07/2021	serviço de instalação elétrica
15/08/2021	aquisição de lâmpada para reposição
11/11/2021	abastecimento de carro oficial

Adicionalmente, somente 50% do serviço hidráulico foi aplicado e o restante restituído e recolhido, ainda em 2021, e 70% do abastecimento de carro oficial foi restituído e recolhido em 2022; enquanto o restante (dessa despesa) foi aplicado em 2021, bem como os demais objetos.

Esses suprimentos de fundos geraram, ao final de 2021, despesa orçamentária de

- ☐ A R\$ 2.050,00.
- ☐ B R\$ 1.505,00.
- ☐ C R\$ 1.825,00.
- ☐ D R\$ 1.630,00.
- ☐ E R\$ 1.370,00.

Questão 70

Com base nas informações contidas na tabela 1A05, é correto afirmar que, caso o servidor A esteja em alcance em 15/07/2021, ele

- ☐ A poderá receber novo suprimento de fundos de R\$ 450,00 por não haver óbice na legislação aplicada.
- ☐ B poderá receber novo suprimento de fundos, desde que seja inferior a R\$ 450,00 em virtude do limite permitido às leis de licitações e contratos.
- ☐ C poderá receber novo suprimento de fundos de R\$ 450,00, embora já tenha um suprimento sob sua responsabilidade.
- ☐ D não poderá receber novo suprimento de fundos de R\$ 450,00 por já ter um sob sua responsabilidade.
- ☐ E não poderá receber novo suprimento de fundos de R\$ 450,00 por estar em alcance e haver vedação expressa na Lei n.º 4.320/1964.